TERMO ADITIVO A CONTRATO**Termo aditivo: 5º**

Contrato: 057/2015/SEFA.

Data da assinatura: 30/11/2020.

Vigência: 01/12/2020 a 30/11/2021

Objeto: O presente Termo Aditivo ao Contrato no 057/2015/SEFA, que trata da prestação de serviços por demanda de desenvolvimento de melhorias e manutenção no sistema de Gestão de Projetos - GESPRO, tem por objeto:

1.1.1. A prorrogação excepcional do prazo de vigência pelo período 12 (doze) meses, com início em 01 de dezembro de 2020 e término em 30 de novembro de 2021.

1.1.2. O aditivo do valor no percentual de 25% passando do valor mensal de R\$ 27.534,89 (vinte e sete mil quinhentos e trinta e quatro reais e oitenta e nove centavos) para o valor mensal de R\$ 34.418,61 (trinta e quatro mil, quatrocentos e dezoito reais e sessenta e um centavos), totalizando o valor anual com reajuste para R\$ 413.023,32 (quatrocentos e treze mil, vinte e três reais e trinta e dois centavos).

Funcional Programática/Atividade: 17101.04.126.1508.8238

Órgão: 17107 - Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA

Unidade Gestora: 17017 - PARA GOV. PROFISCO II

Função: 04 - Administração

Sub-função: 126 - Tecnologia da Informação

Programa: 1508 - Governança Pública

Atividade: 8238 - Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação

Natureza da Despesa: 33.90.40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação Pessoa Jurídica

Valor Mensal: R\$ 34.418,61

Valor Total: R\$ 413.023,32

Fonte de Recursos: 0131/131- Operações de Crédito Externas/BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID

Contratado: 8I TECNOLOGIA EM SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.243.208/0001-15, estabelecida na SEPN 509, nº 50, Conjunto D, sala 206/8, Edifício Isis - Asa Norte, CEP: 70.750-540, Brasília/DF.

Ordenadora: SIMONE MARIA MORGADO FERREIRA

Protocolo: 600892**Termo aditivo: 1º**

Contrato: 046/2019/SEFA.

Data da assinatura: 30/11/2020.

Vigência: 09/12/2020 a 08/12/2021.

Justificativa: Com fundamento na Lei n.º 8.666/93, art. 57, II, e na Manifestação nº 462/2020/CONJUR/SEFA/PA, o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 046/2019/SEFA - que trata da locação de imóvel não residencial, situado na Av. Assis de Vasconcelos, nº 289, esquina da Manoel Barata, bairro Campina no município de Belém/PA, para servir de local para a EFAZ - Escola Fazendária e COFAZ - Corregedoria Fazendária desempenharem suas atividades, tem por objeto:

1.1. A prorrogação do prazo de vigência por 12 (doze) meses, com início em 09 de dezembro de 2020 e término em 08 de dezembro de 2021.

Funcional Programática/Atividade: 17101.04.123.1508.8251

Órgão: 17101 - Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA

Unidade Gestora: 170101

Função: 04 - Administração

Sub-função: 123 - Administração Financeira

Programa: 1508 - Governança Pública

Atividade: 8251 - Gestão Fazendária

Natureza da Despesa: 33.90.39 - Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos: 0101 - Recursos Ordinários

Valor mensal: R\$ 33.000,00

Valor global: 396.000,00

Contratado: F.P.C. Participação Administração e Construções Imobiliárias Ltda. CNPJ sob nº 11.728.366/0001-06;

Endereço: estabelecida na Av. Conselheiro Furtado nº 2391, sala 1001, bairro Cremação, Belém/PA

Ordenadora: SIMONE MARIA MORGADO FERREIRA

Protocolo: 601009**AVISO DE LICITAÇÃO****GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA****AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2020**

A SEFA, através de sua Pregoeira, comunica que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO - tipo menor preço por item, conforme abaixo:

Objeto: Aquisição de totem de aço com pedal para álcool em gel, barreira de proteção em poliestireno e termômetro pistola infravermelho digital, para atendimento às necessidades das unidades fazendárias desta SEFA visando o enfrentamento ao COVID-19.

DATA DA ABERTURA: 24/11/2020 - Às 10:00.

LOCAL: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>

O Edital encontra-se acessível nos sites: <http://www.sefa.pa.gov.br> (link licitações) e <http://www.compraspara.pa.gov.br>. Na impossibilidade de obtenção por esses meios, estará disponível na Célula de Licitações e Contratos/CGLC, na Avenida Visconde de Souza Franco nº 110, Bairro Reduto, CEP. 66.053-000 - Belém/PA (1º andar, corredor C - sala 02, fone: (91) 3323-5309/4245), no horário de 09:00 às 15:00, em dias úteis.

Protocolo: 600841**AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO****PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002017730021093-4****MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO Nº 003/2020/SEFA**

OBJETO: Reforma e Ampliação da Unidade OEAT Ananindeua para instalação da futura CERAT Ananindeua, localizada na Rodovia BR 316, Km 06, s/nº, incluindo serviços de instalação da rede lógica, rede elétrica geral, afim de atender as necessidades da Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Pará, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

A Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA, por meio de sua Comissão Permanente de Licitação -CPL, torna público para conhecimento dos licitantes participantes do Processo Licitatório em epígrafe o resultado da fase de classificação das propostas financeiras e resolve:

CLASSIFICAR: Círio Construtora e Serviços Ltda de CNPJ sob nº 08.645.489/0001-60 em primeiro lugar com proposta no valor Global de R\$ 2.111.763,72 (dois milhões cento e onze mil setecentos e sessenta e três reais e setenta e dois centavos);

DECLASSIFICAR: Lest Engenharia Ltda de CNPJ sob nº 83.760.785/0001-28 por deixar de atender às exigências previstas nos subitens 10.12.4.1 e 10.12.4.3, dentre outras, do Edital de Licitação, conforme apontadas na nota oriunda da área técnica.

Informa-se que o prazo para recurso correrá conforme Art.109, da Lei no. 8.666/93 e suas alterações.

Na impossibilidade de obtenção por esses meios, estará disponível na Célula de Licitações e Contratos/CGLC, na Avenida Visconde de Souza Franco nº 110, Bairro Reduto, CEP. 66.053-000 - Belém/PA (1º andar, corredor C - sala 02, fone: (91) 3323-5310/4245), no horário de 09:00 às 17:00, em dias úteis.

Belém, 13 de novembro de 2020

KÁSSIO DAVID OLIVEIRA DE BRITO

Presidente

Protocolo: 601056**DIÁRIA**

A DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições e, considerando o disposto no art.1, inciso III, alínea "f" da Portaria Sefa no 451, de 13 de fevereiro de 2019, publicada no Diário Oficial do Estado no 33.804 de 14 de Fevereiro de 2019.

Simone Maria Morgado Ferreira

Diretora de Administração

PORTARIA Nº 2400 de 12 de novembro de 2020. Autorizar 12 e 1/2 diárias a servidora ELENISE SIQUEIRA MENDES, nº 0512810201, FISCAL -C, COORDENAÇÃO EXECUTIVA DE CONTROLE DE MERCADORIAS EM TRÂNSITO, objetivo de auxiliar nos serviços da SRIEF e da SPPJ da CERAT Redenção, no período de 18.11.2020 à 30.11.2020, no trecho Belém/Redenção/Belém.

Portaria nº 2405 de 13 de novembro de 2020. AUTORIZAR 13 e 1/2 diárias a servidora MARIA BENEDITA FERNANDES LOBO, nº 0325152701, ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, COORDENAÇÃO EXECUTIVA DE CONTROLE DE MERCADORIAS EM TRÂNSITO, objetivo de para auxiliar nos serviços administrativos da SRIEF e da SPPJ na Cerat Redenção, período de 17.11.2020 a 30.11.2020, trecho Belém/ Redenção/ Belém.

Protocolo: 600451**OUTRAS MATÉRIAS****ATOS DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO
DE RECURSOS FAZENDÁRIOS - TARF****ACÓRDÃOS****PRIMEIRA CÂMARA**

ACÓRDÃO N. 7624 - 1ª CPJ. RECURSO N. 17761 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 072014510000037-2). CONSELHEIRO RELATOR: VILSON JOÃO SCHUBER. EMENTA: NULIDADE DA DECISÃO SINGULAR - ERRO IN PROCEDENDO. ARGUMENTOS QUE EM TESE PODEM INFIRMAR A CONCLUSÃO DA DECISÃO SINGULAR. 1. A falta de apreciação da manifestação do impugnante contra o resultado de diligência fiscal, apresentada tempestivamente, mas juntada aos autos após a decisão singular, torna o procedimento errôneo. 2. É nula a decisão que deixa de apreciar argumentos da impugnante que, em tese, poderiam infirmar a conclusão do julgador singular. 3. Recurso conhecido para, em preliminar, decretar a nulidade da decisão singular. DECISÃO: MAIORIA DE VOTOS. Voto Contrário: Conselheiro Elter Paulo Ferreira, pela rejeição da preliminar. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 28/10/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 28/10/2020.

ACÓRDÃO N.7623- 1ª. CPJ. RECURSO N. 17937 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N.: 072014510001194-3). CONSELHEIRO RELATOR: VILSON JOAO SCHUBER. EMENTA: ICMS - Cesta básica. Auto de Infração. 1. Escorregada a decisão singular que, após resultado de diligência fiscal, restou comprovado a necessidade de redução do crédito tributário. 2. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 28/10/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 28/10/2020.

ACÓRDÃO N. 17201551000016-0. CONSELHEIRO RELATOR: VILSON JOAO SCHUBER. EMENTA: RETROATIVIDADE BENEFÍCIA - NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO DE OFÍCIO. AUSÊNCIA DE REQUISITO DE CONTRARIEDADE À FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL. DEFINITIVIDADE DO JULGAMENTO SINGULAR. 1. A decisão singular que aplica o instituto da retroatividade benéfica, em razão da alteração legal que prevê penalidade menos severa para a conduta infracional anteriormente praticada pelo sujeito passivo, não preenche o requisito de contrariedade à Fazenda Pública Estadual, ne-